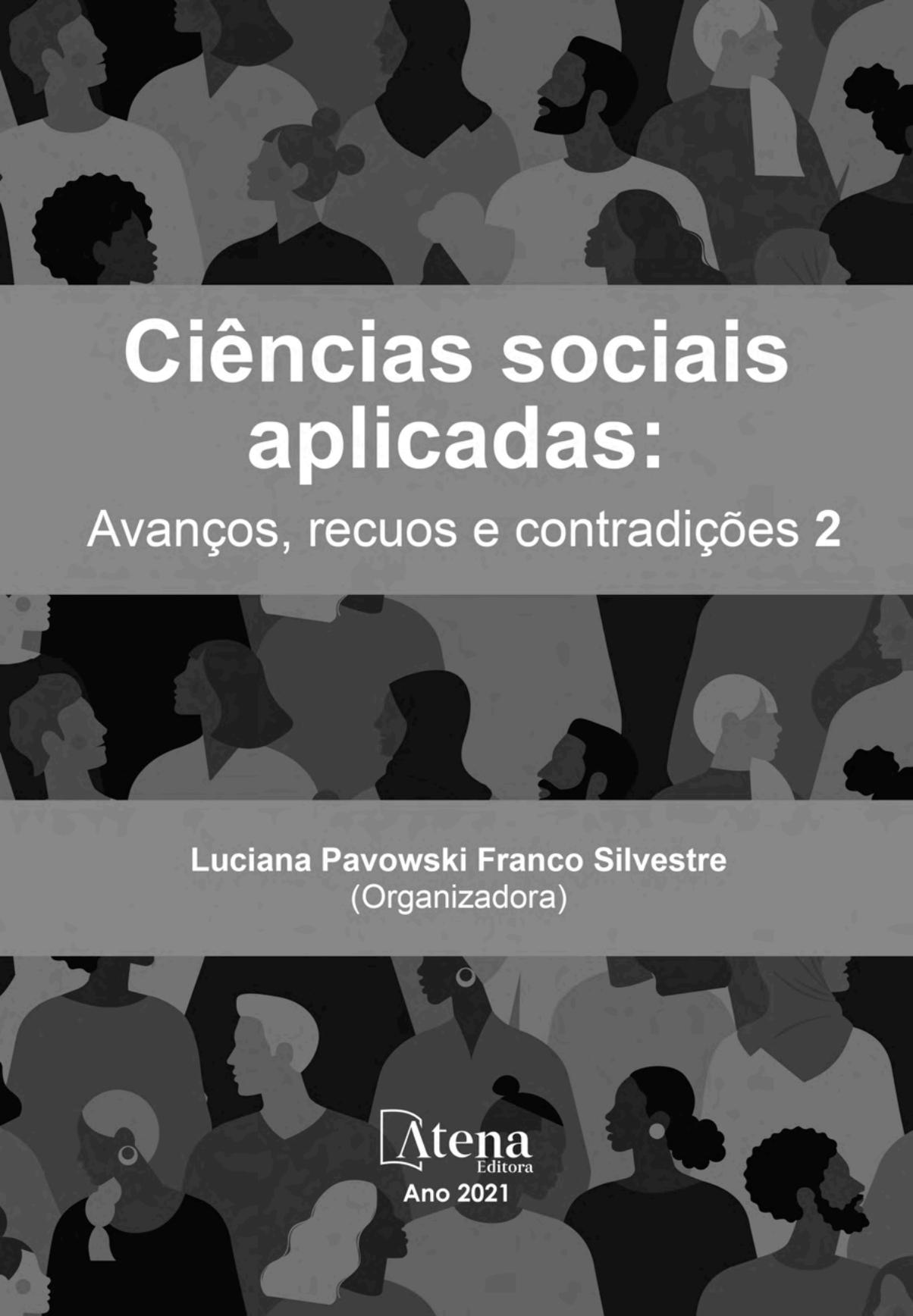


# Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021



# Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C569 Ciências sociais aplicadas: avanços, recuos e contradições 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-642-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.420211811>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: avanços, recuos e contradições 2”.

São ao todo seis artigos, através dos quais possibilita-se aos leitores e leitoras o acesso a reflexões contemporâneas acerca das relações estabelecidas na vida em sociedade.

As pesquisas realizadas permitem a leitura de análises que pautam as relações de gênero, desastres naturais, impactos da pandemia e relações com as políticas públicas e garantia de direitos em uma perspectiva de cidadania.

As temáticas eleitas ao debate ao apontar avanços e recuos, permitem a identificação das contradições presentes, registrando-se os desafios ainda existentes e a relação destes com a formação social, em uma perspectiva histórica, portanto de processo e em constante alteração.

O que nos possibilita também considerar as possibilidades e necessidades de mantermos os movimentos e atitudes investigativas que façam leituras e registros dos momentos vivenciados, bem como possam contribuir para novos arranjos, diante do que a contradição mostra-se como um elemento central.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

IMAGENS E IMAGINÁRIOS DO CAMPO JURÍDICO NA WEB EM PERÍODO DE PANDEMIA

Alexsandrina Ramos de Carvalho Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118111>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS À DESASTRES NATURAIS

Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Marcelo Mariano da Rocha

Margarete Araújo Teles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118112>

### **CAPÍTULO 3..... 30**

APROXIMAÇÃO A ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA MULHER NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA ARGENTINA E NO PARAGUAI A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

María Victoria Cano Colazo

Carmen Estela Colazo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118113>

### **CAPÍTULO 4..... 42**

INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO PÓS OCUPAÇÃO DO MINHA CASA MINHA VIDA: EXPERIÊNCIA EM CAMPINAS

Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic

Laura Machado de Mello Bueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118114>

### **CAPÍTULO 5..... 61**

PRINCIPIO GENERAL DE RESERVA LEGAL Y LIMITACIONES A LOS DERECHOS FUNDAMENTALES APLICADOS A LA PRUEBA NO REGLADA EN EL PROCESO PENAL

Fernando Martín Bertone

Pedro Eugenio Despouy Santoro

María Florencia Gabrielli

Maximiliano Cornejo

Macarena Piermattei

Jessica Jorgelina Guzmán

Juan Manuel Federico

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118115>

### **CAPÍTULO 6..... 73**

EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER: PERCURSOS DA ASSISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

Antonio Cleonaldo Bento da Silva

Maria Irinilda da Silva Bezerra

Giane Lucélia Grotti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4202118116>

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 86**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 87**

# CAPÍTULO 2

## AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ NA PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS À DESASTRES NATURAIS

*Data de aceite: 01/11/2021*

*Data de submissão: 13/08/2021*

### **Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira**

Universidade Federal do Paraná  
Curitiba

<http://lattes.cnpq.br/6243216895990486>

### **Marcelo Mariano da Rocha**

Universidade Federal do Paraná  
Curitiba

<http://lattes.cnpq.br/2419475814328653>

### **Margarete Araújo Teles**

Universidade Federal do Paraná  
Curitiba

<http://lattes.cnpq.br/5147392026023084>

**RESUMO:** Este trabalho é um relato da pesquisa realizada na Região Turística Litoral do Paraná no ano de 2019, que partiu do pressuposto de que o nível no qual os territórios estão preparados para um desastre é o que determina o quanto vulnerável ou resiliente será um destino. O objetivo da pesquisa foi avaliar as ações do poder público no que se refere à prevenção e mitigação de riscos à desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná, bem como, examinar em que medida as políticas públicas estão relacionadas ao setor do turismo, notadamente as que levam em consideração a capacidade de resposta aos desastres naturais e a gestão de riscos no caso de ocorrerem novos eventos catastróficos na região. A pesquisa, do tipo exploratória e qualitativa, teve os procedimentos metodológicos

compostos da pesquisa bibliográfica sobre o tema, análise de documentos e relatórios técnicos sobre a região objeto do estudo, e a realização de entrevistas com agentes públicos e privados. Os resultados da pesquisa evidenciam algumas questões, como a adoção de um conjunto de estratégias pelo poder público, tanto na esfera estadual quanto municipal, em particular no que diz respeito à gestão de riscos de desastres naturais, com ações voltadas para a preparação, mitigação e alerta, na ocorrência de novos desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná. Todavia, no conjunto de ações e estratégias voltadas para a gestão de riscos à desastres naturais, tanto na esfera municipal como estadual, não foram identificados ações especificamente direcionadas para as atividades turísticas ofertadas pela região, como parte das políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desastres naturais; Turismo; Políticas públicas; Gestão de riscos; Litoral do Paraná.

### EVALUATION OF PUBLIC POLICIES IN THE COASTAL TOURIST REGION OF PARANÁ IN THE PREVENTION AND MITIGATION OF RISKS TO NATURAL DISASTERS

**ABSTRACT:** This work is an account of research carried out in the Coastal Tourism Region of Paraná in 2019, which assumed that the level at which territories are prepared for a disaster determines how vulnerable or resilient a destination will be. The objective of the research was to evaluate the actions of the government regarding the prevention and mitigation of risks

to natural disasters in the Coastal Tourism Region of Paraná, as well as to examine to what extent public policies are related to the tourism sector, especially the that take into account the capacity to respond to natural disasters and the management of risks in the event of new catastrophic events in the region. The research, exploratory and qualitative, had the methodological procedures composed of bibliographic research on the subject, analysis of documents and technical reports on the region object of study, and interviews with public and private agents. The survey results highlight some issues, such as the adoption of a set of strategies by the government, both at the state and municipal levels, in particular with regard to the management of natural disaster risks, with actions aimed at preparation, mitigation and warns of the occurrence of new natural disasters in the Coastal Tourism Region of Paraná. However, in the set of actions and strategies aimed at the management of risks to natural disasters, both at the municipal and state levels, no actions specifically aimed at tourist activities offered by the region, as part of public policies, were identified.

**KEYWORDS:** Natural Disasters; Tourism; Public Policies; Risk Management; Littoral of Paraná.

## INTRODUÇÃO

Todos os anos, mais de 200 milhões de pessoas no mundo todo são afetadas por secas, inundações, ciclones, tsunamis, terremotos, incêndios florestais e outras catástrofes associadas aos desastres naturais. Neste contexto, a redução do risco à desastres, relacionado aos esforços para adaptação às mudanças climáticas e a melhoria das condições de vida da população mundial são, sem dúvida, um dos principais desafios globais de hoje (UNISDR, 2017).

Os eventos catastróficos mostram a alta vulnerabilidade, principalmente das zonas costeiras, e os potenciais impactos nas dimensões econômica, social e ambiental. Portanto, o desenvolvimento sustentável de destinos costeiros também depende de uma gestão eficaz dos riscos à desastres. O conceito de gestão de riscos constitui a base das políticas de planejamento territorial ao incorporar as etapas da prevenção, preparação, mitigação, resposta, recuperação e reabilitação dos destinos costeiros em ocorrências de desastres naturais.

Do ponto de vista da gestão pública em escala local, onde de fato as políticas públicas são materializadas, o desconhecimento de alguns fatores condicionantes – neste caso os riscos de desastres naturais – reflete-se na incapacidade dos gestores em avaliar com eficácia os impactos que podem ocorrer no destino turístico quando ele passa por uma grave situação de risco (MADITINOS & VASSILIADIS, 2008). Portanto, melhorar a gestão de riscos, bem como, fornecer ferramentas de planejamento eficazes na prevenção e mitigação dos danos provocados pelos desastres naturais, é uma visão de consenso à luz dos impactos nos destinos localizados nas zonas costeiras. Segundo Rodriguez-Toubes & Fraiz Brea (2012), quando há uma catástrofe natural em um destino turístico, ações operacionais devem ser adotadas de forma a obter uma rápida recuperação, evitando,

assim, que a imagem do destino sofra impactos negativos.

Desta forma, as estratégias desenvolvidas com a gestão de crises em um destino turístico devem ser suficientemente amplas e abrangentes (SILVEIRA, 2014). No que tange especificamente ao setor do turismo, a gestão de riscos depende do ordenamento territorial e das estruturas político-institucionais que deem conta de responder às questões dos diferentes atores que produzem o território turístico, ou seja, moradores locais, gestores públicos, promotores privados e turistas. Portanto, a gestão de riscos à desastres deve ser um componente essencial do plano de gestão integrada de qualquer destino. Com base nestas considerações é que este estudo foi realizado.

Neste contexto, este artigo da pesquisa realizada na Região Turística Litoral do Paraná no ano de 2019, teve como pressuposto de que o nível no qual os territórios estão preparados para um desastre é que determina o quanto vulnerável ou resiliente será um destino. O objetivo geral da pesquisa foi avaliar as ações que o poder público vem implementando no que se refere à mitigação dos impactos e à prevenção de desastres naturais, assim como, examinar em que medida as políticas públicas na Região Turística Litoral do Paraná estão correlacionadas ao setor do turismo, notadamente as ações que levem em conta a capacidade de resposta aos desastres naturais e a gestão de riscos, no caso de ocorrerem novos eventos na região.

A pesquisa foi do tipo exploratória e qualitativa, com procedimentos metodológicos compostos pela pesquisa bibliográfica sobre o tema, a análise de documentos e relatórios técnicos sobre a região objeto do estudo, e a realização de entrevistas com representantes do poder público nas esferas municipal (secretarias de prefeituras) e estadual (Defesa Civil do Paraná) e com representantes do setor privado ligados ao trade turístico local. As entrevistas foram realizadas para diagnosticar ações e estratégias adotadas pelo poder público, principalmente visando minimizar os impactos dos desastres naturais na economia local e seus efeitos no turismo, tendo como referência o desastre natural que atingiu a Região Turística Litoral do Paraná no mês de março de 2011.

Dentre as ações analisadas, está o mapeamento das áreas de risco nos municípios da região, assim como, outras ações que visam estabelecer protocolos de prevenção de desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná. Os resultados da pesquisa evidenciam algumas questões, como a adoção de um conjunto de estratégias pelo poder público, tanto na esfera estadual quanto municipal, em particular no que se refere à gestão de riscos de desastres naturais, com ações voltadas para a preparação, mitigação e alerta a ocorrência de novos desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná.

## **GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS EM DESTINOS TURÍSTICOS**

A gestão de riscos à desastres é o processo sistemático com uso de diretrizes

administrativas, organizações e operações, e habilidades para implementar estratégias, políticas e melhor capacidade de enfrentamento para diminuir os impactos adversos dos riscos e a possibilidade de desastres. Visa evitar, diminuir ou transferir os efeitos adversos dos riscos através de atividades e medidas de prevenção, mitigação e preparação (UNISDR, 2017). Para Cardona (1996) a gestão de riscos de desastres inclui um amplo campo de atividades que devem ser gerenciadas de maneira adequada e eficiente, como a formulação e execução de programas, planos e projetos relacionados a desastres com relação à sua Prevenção; Mitigação; Preparação; Resposta; e Recuperação. Essas ações devem integrar esforços para que os eventos não venham causar danos maiores. Lavell (2003) define gestão de risco a desastres como sendo:

Um processo complexo e social cujo o objetivo final é a redução ou previsão e controle dos riscos permanente de desastres na sociedade, alinhada e integrada para o cumprimento das diretrizes de desenvolvimento humano, econômico, ambiental e territorial (LAVELL, 2003, p. 30).

A preocupação na implementação de estratégias que visam implementar ações no campo da gestão de riscos se intensificou a partir a partir da década de 1990, onde as iniciativas governamentais alinhadas com as Nações Unidas instituem a Década Internacional para Redução de Desastres Naturais. Diante dessa realidade, diversas áreas passaram a se preocupar com os danos econômicos provenientes dos desastres naturais, entre eles a atividade do turismo.

Neste contexto, a Organização Mundial do Turismo – OMT, lançou o documento intitulado “Manual sobre Redução de Desastres Naturais em Áreas Turísticas”, no qual apresenta um conjunto de estratégias de enfrentamento dos danos provocados pelos desastres naturais em destinos turísticos (OMT, 1998). O estudo busca demonstrar para planejadores de turismo, operadores turísticos, gerentes de *resorts* e outros envolvidos na atividade turística exatamente como os riscos de desastres naturais em áreas turísticas podem ser reduzidos e seus impactos mitigados.

O crescimento da vulnerabilidade de destinos turísticos – com ênfase para os destinos costeiros - vêm sendo discutido amplamente pela comunidade científica (CALGARO; LLOYD; HOWESA, 2013), (BECKEN et al., 2013), devido a fatores naturais e antrópicos, associados com as mudanças climáticas que podem promover sérios danos para as atividades de turismo. Para Maditinos e Vassiliadis (2008) a prevenção e gestão de desastres deve ser uma parte essencial do plano de gestão turística para qualquer destino. O conceito de gestão de riscos no turismo constitui a base das políticas do planejamento territorial ao incorporar as etapas da prevenção, preparação, mitigação, resposta, recuperação e reabilitação dos destinos, inclusive os costeiros em situações de riscos.

No que tange especificamente ao setor do turismo, a gestão de riscos depende do ordenamento territorial e das estruturas políticas-institucionais que deem conta de responder às questões dos diferentes atores que produzem o território turístico, ou seja,

moradores locais, gestores públicos, promotores privados e turistas. Em termos de gestão de riscos, a principal estratégia é criar resiliência aos desastres nos destinos turísticos, na forma de atividades de focam na gestão e redução de riscos – incluindo análises estruturais que investigam fatores operacionais e de serviço de todas as perspectivas de perigos – e a preparação em caso de novos eventos (BROWN et al., 2017).

Em suma, a gestão de riscos aos desastres deve ser um componente essencial do plano de gestão integrada de qualquer destino que apresente histórico e/ou recorrência de desastres naturais. As preocupações inerentes a gestão dos desastres naturais, em destinos turísticos, precisam ser canalizadas para buscar uma perspectiva de um turismo mais resiliente e seguro, em vista dos riscos naturais, fato que vem sendo discutido mediante aos esforços acadêmicos e institucionais que visem responder aos desafios da gestão de riscos. Portanto, a ocorrência de um desastre natural poderá trazer graves consequências, afetando destinos turísticos que possui forte dependência da atividade turística, expondo-o e colocando em perigo a vitalidade econômica em escala local e regional.

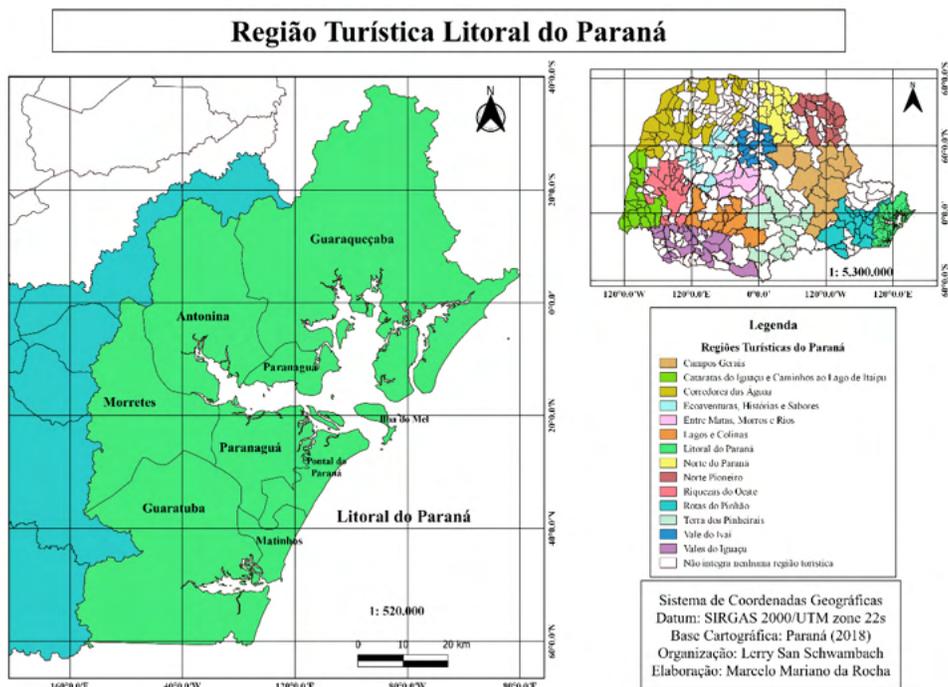
## **A REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ**

A Região Turística Litoral do Paraná configura-se pela diversidade de atrativos culturais e naturais, que evidenciam seu potencial turístico e a caracterizam como polo indutor do desenvolvimento turístico no âmbito estadual. A sua proximidade com a capital do Paraná, Curitiba, caracteriza-se também como uma vantagem competitiva determinante para a configuração da demanda turística. Sua localização refere-se à atração dos fluxos de visitantes vindos, tanto da capital quanto do interior do Paraná e de outros estados do Brasil (PARANÁ, 2010).

O litoral paranaense é considerado um destino receptor em razão do grande fluxo visitantes que buscam a região para repouso e lazer e, cujas atividades estão vinculadas tanto aos recursos naturais quanto culturais. Segundo Paraná (2016), o litoral paranaense apresenta um conjunto de 73 atrativos turísticos de natureza diversa, que possibilitam o desenvolvimento de variados segmentos turísticos. Essa quantidade representa cerca de 19% dos atrativos turísticos do estado do Paraná, demonstrando que a região possui um enorme potencial para o crescimento do setor turístico. A região Turística Litoral do Paraná é composta por sete municípios, sendo eles: Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná, Morretes e Antonina, como ilustrado no Mapa 1.

O espaço turístico do litoral paranaense é formado principalmente por elementos da paisagem natural, como as praias, baías, serras, rios e cachoeiras, e imensas áreas de floresta. Esses ambientes configuram uma paisagem rica na sua diversidade biológica, nos diferentes ecossistemas que a compõem, destacando-se que a região possui o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil (PARANÁ, 2010). A diversidade ambiental característica da região, permite uma oferta ampliada em relação à diversos segmentos

turísticos, como o ecoturismo. Além disso, a riqueza cultural das tradições, mitos, crenças e costumes dos moradores da região, juntamente com o patrimônio arquitetônico, produzem um cenário convidativo para a visita associada ao turismo cultural (PARANÁ, 2010).



Mapa 1. Região Turística Litoral do Paraná

Fonte: Os autores.

Os municípios da Região Turística Litoral do Paraná têm se destacado no contexto do crescimento do turismo regional, não somente em função dos seus atrativos, mas também da infraestrutura e oferta de serviços voltados para atender a demanda, notadamente do turismo de sol e praia. Em razão disso, foram inseridos no estudo de categorização dos destinos turísticos no Brasil, realizado pelo Ministério do Turismo, cujo objetivo foi avaliar os municípios inseridos nas regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro, instituído pelo Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2016). Dentro do escopo dessa categorização, os municípios de Paranaguá, Matinhos, Guaratuba e Ponta do Paraná estão categorizados como categoria B. Por sua vez, o município de Morretes está categorizado como categoria C e, os municípios de Antonina e Guaraqueçaba como categoria D.

De acordo com Paraná (2010) na oferta produtos turísticos do litoral paranaense predominam as micro e pequenas empresas, que têm na atividade turística sua principal atividade. A grande maioria dos serviços na região, por consequência, é formada por

micro e pequenos negócios, com baixa capacidade de reprodução do capital. Os meios de hospedagem (hotéis e pousadas) e os serviços de alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes, etc.), são as atividades preponderantes da cadeia produtiva do turismo na região. Neste ponto, cabe destacar a gastronomia como um forte atrativo dos fluxos turísticos para a região, além das belezas naturais e do patrimônio histórico-cultural. Em suma, no litoral do Paraná a atividade do turismo constitui um importante vetor para a vitalidade e para o fortalecimento da economia local, assim como, na geração de emprego e renda para a população residente.

## **DESASTRES NATURAIS NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ**

No que se refere aos desastres naturais, a Região Turística Litoral do Paraná apresenta um histórico que comprova sua vulnerabilidade geoambiental, ameaça representada principalmente por meio da ocorrência de eventos climáticos extremos, conforme apontam estudos (Lopes & Souza, 2012). Em março de 2011, houve um grande desastre natural na região, que provocou deslizamentos de terra, fluxo de lama/detritos e queda de rochas, causando inúmeros danos à infraestrutura, à população local e às atividades econômicas da região, atingindo também o setor de turismo.

Todos os municípios do Litoral do Paraná foram atingidos pelo evento climático extremo de março de 2011, caracterizado pela elevada quantidade de chuvas. Os municípios de Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba, foram os mais afetados. As chuvas causaram destruição da infraestrutura pública e privada, demandando esforços imediatos na recuperação por meio da utilização de recursos humanos e materiais, equipamentos e veículos por parte das organizações municipais, estaduais e federais de Defesa Civil e órgãos de apoio (PEDROSO; PINHEIRO, 2016).

No município de Paranaguá foram registrados deslizamentos nas encostas da Serra do Mar, destruição de casas, danos em rodovias, quedas de pontes e problemas que levaram à interrupção nos sistemas de energia elétrica e água potável, razões pelas quais foi necessário criar vias alternativas de acesso e encontrar mecanismos para restituir serviços públicos básicos. No município de Morretes, os principais danos resultaram de inundações provocadas pelos rios Nhundiaquara e Marumbi, que percorrem a região do litoral do Paraná, destruindo casas na área urbana e devastando trechos de florestas na área rural. No município de Antonina, a região central da área urbana foi a que mais sofreu mais problemas, devido aos deslizamentos de terras nas áreas de encostas e morros, causando destruição de casas e dos sistemas de energia elétrica e água potável. No município de Guaratuba, também foram registradas inundações que causaram danos à casas, estradas e pontes, com grandes problemas para a população no acesso aos serviços públicos e à comunicação (PEDROSO; PINHEIRO, 2016).

De acordo com os levantamentos feitos, dentre as atividades econômicas afetadas

pelo desastre de 2011 no litoral do Paraná, destacam-se as perdas sofridas no setor turístico e na atividade pesqueira, que chegou a ser suspensa por mais de quinze dias, assim como, as atividades de importação e exportação através dos portos de Paranaguá e Antonina, que também foram suspensas. De um modo geral, as várias atividades ligadas à economia dos municípios do litoral foram destruídas ou prejudicadas em função das fortes chuvas.

A tabela 1 apresenta os prejuízos financeiros devido ao desastre natural que atingiu a Região do Litoral do Paraná em março de 2011.

Setor	Total R\$	Dano (Afetação)				
<b>Totais</b>	<b>210,853,625</b>	<b>158,565,922</b>	<b>52,287,702</b>	<b>79,757,353</b>	<b>131,096,272</b>	<b>100%</b>
<b>Infraestrutura</b>	<b>129,294,868</b>	<b>91,740,930</b>	<b>37,553,938</b>	<b>60,577,956</b>	<b>68,716,912</b>	<b>61,3%</b>
Transporte	107,627,832	86,415,044	21,212,788	47,668,691	59,959,140	51%
Portos	15,616,438	0	15,616,438	7,808,219	7,808,219	7,4%
Água e Saneamento	4,151,493	3,743,634	407,859	4,151,493	0	2,0%
Energia	1,899,105	1,582,252	316,853	949,553	949,553	0,9%
<b>Setores Sociais</b>	<b>51,560,930</b>	<b>50,261,992</b>	<b>1,298,938</b>	<b>7,561,630</b>	<b>43,999,300</b>	<b>24,5%</b>
Habitacões	45,288,589	43,999,300	1,289,289	1,289,289	43,999,300	21,5%
Saúde	1,608,242	2,687,710	9,649	2,697,359	0	1,3%
Educação	1,608,242	1,608,242	0	1,608,242	0	0,8%
Cultura	1,966,740	1,966,740	0	1,966,740	0	0,9%
<b>Setores de Produção</b>	<b>18,380,060</b>	<b>9,063,000</b>	<b>9,317,000</b>	<b>0</b>	<b>18,380,060</b>	<b>8,7%</b>
<b>Agricultura</b>	<b>9,063,000</b>	<b>9,063,000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9,063,000</b>	<b>4,3%</b>
<b>Pesca</b>	<b>5,666,660</b>	<b>0</b>	<b>5,666,660</b>	<b>0</b>	<b>5,666,660</b>	<b>2,7%</b>
<b>Turismo</b>	<b>3,650,400</b>	<b>0</b>	<b>3,650,400</b>	<b>0</b>	<b>3,650,400</b>	<b>1,7%</b>
<b>Meio Ambiente</b>	<b>11,617,766</b>	<b>7,500,000</b>	<b>4,177,766</b>	<b>11,617,766</b>	<b>0</b>	<b>5,5%</b>
Áreas protegidas	11,617,766	7,500,000	4,177,766	11,617,766	0	5,5%

Tabela 1: Prejuízos Econômicos na Região Turística Litoral do Paraná

Fonte: Adaptado de Pinheiro e Pedrosa (2016)

Com relação ao setor do turismo, o mesmo obteve um prejuízo estimado em R\$

3.6 milhões de reais, como destacado no Gráfico 1, devido às fortes chuvas ocorridas nos municípios do litoral do Paraná. Neste contexto, o setor turístico foi bastante afetado, com prejuízos financeiros atingindo os diversos tipos de estabelecimentos da região como hotéis, restaurantes, lanchonetes, serviços turísticos, transporte local, dentre outros (PINHEIRO, PEDROSO, 2016).

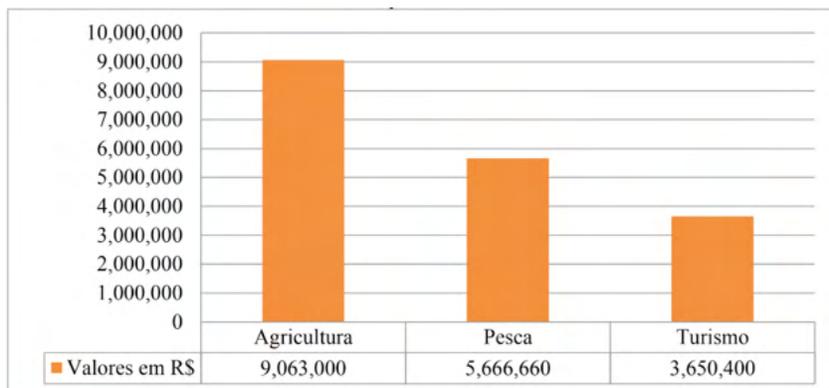


Gráfico 1. Danos e perdas Setores Econômicos

Fonte: Adaptado de Pinheiro e Pedroso (2016)

Portanto, o desastre que atingiu Região Turística Litoral do Paraná em março de 2011, provocou muita destruição e, principalmente, causou muitos danos para os municípios de Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaratuba, nos diversos setores da economia local, entre eles o setor turismo. Na realidade, os municípios não estavam preparados para a quantidade de chuvas que caiu em algumas horas e, portanto, os danos atingiram todos os setores. No caso do turismo, as perdas financeiras foram geradas principalmente devido à queda de receita do setor, pois houve interrupção do fluxo de turistas para os destinos turísticos durante um determinado período após a ocorrência do evento catastrófico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desastre natural que afetou os municípios da Região Turística Litoral do Paraná em março de 2011 deixou profundas marcas devido a magnitude do evento. Diante disso, este estudo cujo foco foi a Região Turística Litoral do Paraná, constituiu um esforço para identificar e avaliar as políticas públicas e o seu papel na mitigação e prevenção dos riscos de desastres naturais e seus efeitos no setor do turismo. O estudo visou, também, contribuir para aprofundar a discussão da problemática relacionada aos desastres em outras regiões turísticas do Brasil, assim como, oferecer subsídios para novos estudos sobre o tema.

Os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os representantes do

setor público nas esferas municipal e estadual (secretarias municipais, Defesa Civil) e do trade turístico local (proprietários de estabelecimentos comerciais e serviços do turismo local), conduzem a contatação de que, apesar de não haver uma gestão integrada dos riscos de desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná, houveram importantes avanços políticas públicas desde o evento ocorrido na região em março de 2011.

Com base na análise de documentos e relatórios técnicos elaborados pelo poder público, bem como nos dados das entrevistas, foi possível constatar que as políticas públicas, tanto na esfera municipal como na esfera estadual, passaram a promover ações cujo foco é a gestão de desastres, visando principalmente atender as populações atingidas por meio da recuperação dos serviços básicos e da infraestrutura. Neste sentido, pode-se mencionar aqui as medidas tomadas no curto prazo, onde destacam-se o atendimento médico aos moradores locais após o desastre de março de 2011, e a recuperação da infraestrutura e de serviços básicos, como o abastecimento da energia elétrica e da água potável.

Também, após o evento de março de 2011, os órgãos públicos em nível municipal e estadual formularam diretrizes para serem implementadas nos médio e longo prazos, assim como instituíram ações com o objetivo de organizar a gestão e a prevenção contra novos desastres. Essas diretrizes e ações apontam para uma nova perspectiva na gestão e na governança no que se refere aos riscos de desastres naturais na região. Identificou-se um conjunto de ações e estratégias adotadas pelo poder público para os municípios da Região Turística Litoral do Paraná, a saber:

- Mapeamento de áreas de riscos realizado pela Mineropar no município de Morretes;
- Mapeamento de áreas SISMAAR - para sistema de monitoramento alerta e alarme;
- Instalação de equipamentos de medição pluviométrica em pontos estratégicos para monitoramento da precipitação;
- Criação do sistema para Plano de Contingência Online, em que os municípios possuem acesso regulado por login e senha. Na plataforma incluem informações sobre áreas de atenção, abrigos, recursos e ações operacionais (organização e responsabilidade na hora do desastre). Estas informações geram automaticamente um plano de contingência em formato preestabelecido;
- Criação de plataforma pelo Simepar, disponibilizada para a defesa civil, para monitoramento do litoral do Paraná, com possibilidade de acompanhar a evolução dos índices pluviométricos e viabilizar o envio de alertas;
- Desenvolvimento de atividades simuladas de atendimento, com mobilização das equipes, para alerta e saída das pessoas da área de risco (PARANÁ, 2017).

Todavia, foi constatado através das entrevistas com o trade turístico local

(proprietários de estabelecimentos comerciais e serviços de turismo local), que as ações acima elencadas apesar de buscar promover a gestão de riscos à desastres naturais, em especial no que se refere aos danos provenientes desses eventos, não apresentam integração com o setor do turismo e, tão pouco, com os turistas e com trade local, conforme apontam os dados analisados para os municípios de Morretes e Antonina. Ou seja, na implementação das ações que visam estabelecer mecanismos de gestão de riscos de desastres, a atividade turística não tem sido considerada, contrastando com a enorme relevância econômica que o turismo possui para os municípios, além de serem destinos para milhares de turistas vindos de diversas localidades do estado do Paraná, de outros estados do Brasil e, até mesmo do exterior.

Outro aspecto evidenciado a partir das entrevistas com o trade, e que foi consenso entre os entrevistados, é o fato de que após a ocorrência dos desastres naturais em março de 2011, o fluxo de turistas caiu vertiginosamente durante um determinado período. Isso é compreensível na medida que as vias de acesso aos municípios mais atingidos foram seriamente comprometidas com o deslizamento de terras, interrupção de fluxos de vias, interdição e queda de pontes devido ao alto índice de chuvas. Diversos estudos (GHADERI; MAT SOM; HENDERSON, 2015), (KERAVA, 2016), (BHATTARAI, 2017) destacam que a quantidade de visitantes pode cair vertiginosamente, limitando-se o acesso dos turistas aos atrativos (naturais e culturais) e da infraestrutura que compõem as Atividade Características do Turismo- ACTs, promovendo significativas quedas na arrecadação no destino, como evidenciado por Ghaderi; Mat Som; Henderson (2015), Kerava (2016), Bhattarai (2017).

Outra constatação, foi a ausência na Região Turística Litoral do Paraná de ações voltadas para prevenção e mitigação no caso de ocorrerem novos desastres naturais na região, demonstrando que o trade não possui conhecimento sobre as possíveis pautas relacionadas a prevenção aos riscos estabelecidos pelo poder público. Dentro disso, ressalta-se a ausência de estratégias que culminassem com a implementação das seguintes ações, tais como: (i) planos de protocolos de evacuação contemplando o trade e os turistas; (ii) orientação institucional; (iii) acesso a planos de contingência; (iv) prevenção e alerta (estabelecida por parte dos municípios a respeito de como lidar com um eventual desastre natural). Tais ausências dos elementos evidenciados acima, demonstra total despreparo e desconhecimento de estratégias de cunho preventivo e informativo oferecido pelo poder público tanto municipal, quanto estadual para o trade.

Destaca-se, também, que houve consenso nas respostas dos entrevistados ao afirmar que os municípios não vêm atuando na gestão de riscos no que se refere às atividades de turismo, mesmo os municípios possuindo alto grau de vulnerabilidade e exposição aos riscos, como evidenciado por diversos estudos na região, com destaque para Mineropar (2011), ANA (2014), Paraná (2017), Paraná (2018), Rocha; Acordes; Felipe (2019). Essa situação demonstra a falta de atenção do poder público, tanto municipal como estadual, para uma gestão integrada de riscos a desastres voltada, que incluía principalmente o

turismo, diante dos danos que o setor sofreu no desastre de março de 2011.

Outra questão de grande importância que a pesquisa evidenciou, se refere à falta de integração entre os órgãos envolvidos na gestão do turismo na escala regional e na gestão de riscos a desastres, a saber: (i) nos municípios de Morretes e Antonina, por exemplo, não há uma integração e consolidação de uma associação dos estabelecimentos ligados ao trade. Os dados obtidos a partir das entrevistas com proprietários de estabelecimento turísticos locais, apontam que eles têm conhecimento da existência das estratégias e ações relativas aos desastres, porém não participam porque não são chamados para participar no processo de planejamento e gestão. Neste sentido, a consolidação do Convention Bureau poderia se tornar uma excelente oportunidade para que estratégias e ações de promoção do turismo local pudessem proporcionar um maior desenvolvimento do setor, atraindo cada vez mais turistas, além de promover discussões a respeito de questões que envolvam a gestão de riscos nas atividades de turismo; (ii) a ausência da interligação entre os órgãos responsáveis pelo turismo (Secretária Municipal e Convention Bureau) e o órgão responsável pela gestão de riscos municipal (Defesa Civil Municipal). Esse panorama demonstra uma falta de conexão entre os atores elencados e impede a discussão sobre a implementação de estratégias que integrem a gestão de riscos. Além disso, essa desarticulação contribuiu para que em caso de ocorrência de novo desastres, os atores não saibam como proceder visando minimizar os possíveis danos, colocando em xeque o desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, a vitalidade econômica dos destinos.

Esse cenário demonstra a existência de uma desarticulação por parte de seus representantes, evidenciando um desconhecimento sobre a importância de se estabelecer um plano de contingência que englobe todos os atores – trade; turistas; poder público – visando a retomada das atividades do turismo em caso de um novo desastre natural. Outro aspecto também é a ausência de uma estratégia de ação oferecida para os turistas. Ou seja, até o momento não existe um conjunto de ações contemplando os turistas para que eles possam saber sobre como lidar com a ocorrência de um desastre natural. O preparo dos turistas é fundamental em qualquer destino turístico que possuem histórico e recorrência de desastres de naturais, pois uma crise pode afetar tanto as viagens de turistas estrangeiros como de visitantes domésticos, como destaca Rosselló, Becken, Santana-Gallego (2020).

Portanto, com base nas informações coletadas e analisadas sobre a Região Turística Litoral do Paraná no que se refere à prevenção e mitigação de riscos de desastres naturais, constata-se que as políticas públicas não estão alinhadas com a gestão de riscos com foco no turismo, posto que tais ações, pelo menos até o presente, vêm sendo promovidas focando na gestão de riscos a desastres naturais de modo amplo, sem incorporar ou promover estratégias e planos de ações diretamente voltadas para as atividades de turismo encontradas na região. Diante disso, destaca-se alguns aspectos apontadas na conclusão da pesquisa, a saber:

I- A necessidade da gestão de riscos à desastres naturais de forma integrada e

participativa;

II- A Região Turística Litoral do Paraná enfrenta vários obstáculos que atrasam os esforços dos vários atores do território na gestão de riscos à desastres naturais, particularmente em escala municipal. Entre os calcanhares de aquiles no caso de ocorrer novos eventos catastróficos na região, identificou-se:

- Falta de recursos financeiros e de recursos humanos;
- Dificuldades na implementação do plano de emergência por parte dos municípios;
- Confusão entre as competências na tomada de decisões, notadamente com relação à legislação ambiental e às políticas públicas;
- A identificação dos fatores associados aos riscos naturais que podem afetar o setor turístico;

III- Com relação ao setor de turismo na região pesquisada, dentre os principais resultados encontrados estão:

- Falta de informações para os turistas;
- Falta de preparação do trade local, a falta de coordenação das administrações públicas (Prefeituras, Defesa Civil) com o trade local;
- Falta de troca de informações entre o setor privado do turismo e as instituições públicas responsáveis pela gestão de riscos em nível municipal e estadual e, finalmente;
- Falta de um sistema de prevenção especialmente concebido para atender as demandas do setor turístico.

Em suma, os dados obtidos com a realização da pesquisa possibilitaram fazer um diagnóstico das políticas públicas voltadas para a gestão de riscos de desastres naturais na Região Turística do Litoral do Paraná. Pode-se afirmar que há uma ausência de ações voltadas especificamente para o setor do turismo, apesar de o mesmo ser de grande importância econômica para os municípios localizados na região. Apesar do avanço na implementação, por parte do poder público, de ações e estratégias na gestão de riscos de desastres naturais que visam prevenir e mitigar os impactos que podem resultar com a ocorrência de novos desastres na região, tais ações e estratégias não envolvem o setor do turismo, como foi constatado na pesquisa aqui relatada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo da pesquisa, ou seja, avaliar as ações do poder público no que se refere à prevenção e mitigação dos riscos dos desastres naturais, assim como, examinar em que medida as políticas públicas na Região Turística Litoral do Paraná estão relacionadas ao setor do turismo, foi alcançado. Os resultados da pesquisa permitem evidenciar algumas

questões, como a identificação de um conjunto de estratégias por parte do poder público, tanto na esfera estadual quanto municipal, em particular no que se refere à gestão de riscos de desastres naturais, com ações voltadas para a preparação, mitigação e alerta no caso de ocorrência de novos desastres naturais na Região Turística Litoral do Paraná. Todavia, no conjunto de ações e estratégias voltadas a gestão de riscos de desastres naturais, tanto na esfera municipal como estadual, não foram identificadas ações especificamente direcionadas para as atividades de turismo, como parte das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Atlas de Vulnerabilidade a Inundações**. Brasília: ANA, 2014.

BECKEN, S; MAHON, Roché; RENNIE, Hamish; SHAKEELA, Aishath. **The Tourism Disaster Vulnerability Framework: An Application to Tourism in Small Island Destinations**. *Natural Hazards*. v. 71, n. 1, p. 1-35, 2013.

BHATTARI, Asha. **Disaster Recovery in Tourism: Study on disaster caused by earthquake in Nepal**. Disponível em: <[https://projekter.aau.dk/projekter/files/254298766/Disaster\\_Recovery\\_in\\_Tourism\\_Thesis\\_.pdf](https://projekter.aau.dk/projekter/files/254298766/Disaster_Recovery_in_Tourism_Thesis_.pdf)>. Acesso em: 08/05/ 2021

BRASIL. Ministério do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, DF, 2016.

BROWN, N. A; ROVINS, J. E; FELDMANN-JENSEN, S; ORCHISTON, C; JOHNSTON, D. **Exploring disaster resilience within the hotel sector: A systematic review of literature**. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, v. 22, p. 362-370, 2017.

CALGARO, Emma; LLOYD, Kate. **Sun, sea, sand and tsunamis: Examining disaster vulnerability in the tourism community of Khao Lak, Thailand**. *Singapore Journal of Tropical Geography*. v. 29. N. 3, p. 288 – 306, 2008.

CARDONA, O.D. **El manejo de riesgos y los preparativos para desastres: Compromiso institucional para mejorar la calidad de vida**. Colômbia. 1996. Disponível em: <<https://www.desenredando.org/public/libros/1996/dma/html/7cap9.htm>>. Acesso em: 05 janeiro. 2009.

GHADERI, Z; MAT SOM, A. P; HENDERSON, J. C. **When Disaster Strikes: The Thai Floods of 2011 and Tourism Industry Response and Resilience**. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, v. 20, n. 4, p. 399-415, 2015.

KERAVA, F. **The Impact of an Earthquake on the Tourism Sector in Nepal**. Laurea University of Applied Sciences. 2016. Disponível em:<<https://core.ac.uk/download/pdf/38140256.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2021

LOPES, F.C.A.; SOUZA, R.M. **Análise de um evento extremo e desastre natural nas cidades de Antonina/PR e Morretes/PR**. In: Congresso Brasileiro de Meteorologia, 17, 2012, Gramado. Anais do XVII CBMET, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Meteorologia, 2012. p. 01-05.

LAVELL, A. **La gestion de riesgo**: nociones y posiciones em torno al concepto y práctica. Guatemala: CEPREDENAC/ PNUD, 2003. Disponível em: <<http://www.disasterinfo.net/lideres/portugues/brasil%2006/Material%20previo/Allangestriesg.pdf>>. Acesso em: 02/02/2020.

MINEROPAR. **Cadastramento e avaliação de risco em movimentos gravitacionais de massa no município de Antonina**. Curitiba (PR), 2011.

MADITINOS, Z. VASSILIADIS, C. Crises and Disasters in Tourism Industry: Happen locally - Affect globally. MIBES E-BOOK. 2008, pp. 67-76.

PARANÁ. Secretária Estadual da Defesa Civil. **Relatório de Simulado de Abandono da Comunidade Floresta- Morretes-PR**. Curitiba (PR), 2017.

PARANÁ. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL**: Polo Turístico do Litoral Paranaense. Curitiba. 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS\\_LITORAL\\_PARANAENSE.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS_LITORAL_PARANAENSE.pdf)>. Acesso em 20/10/2019.

PARANÁ. **Paraná turístico 2026**: Pacto para um destino inteligente. 2016. Curitiba. Disponível em: <[http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/PLANO\\_DE\\_TURISMO/ParanaTuristico2026documentocompleto\\_\\_1.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/PLANO_DE_TURISMO/ParanaTuristico2026documentocompleto__1.pdf)>. Acesso em: 01/11/2019.

PARANÁ. **Plano de Bacia Hidrográfica**: Evento Crítico. Curitiba, 2018. Disponível em:<[http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/LITORANEA/Plano\\_de\\_bacia/P06\\_Eventos\\_Criticos\\_Rev01.pdf](http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/LITORANEA/Plano_de_bacia/P06_Eventos_Criticos_Rev01.pdf)>.

PEDROSO, Frederico Ferreira Fonseca; PINHEIRO, Eduardo Gomes. **Construindo um Estado Resiliente: o modelo paranaense para gestão do risco de desastres**. Curitiba: CEPED/FUNESPAR, 2016.

ROCHA, E.K; ACORDES, F.A; FELIPE, R.S. **Carta geotécnica síntese de adequabilidade a ocupação frente aos desastres naturais na porção leste da Serra do Mar (1:25.000)**. Curitiba: (CEDEC-PR), 2019.

ROSSELLÓ, J; BECKEN, S; SANTANA-GALLEGO, M. **The effects of natural disasters on international tourism**: A global analysis. *Tourism Management*, v. 79, p. 1-10, 2020.

SILVEIRA, M. A. T. **Geografia aplicada ao turismo**. Fundamentos teórico-práticos. Curitiba, Editora InterSaberes, 2014.

TOUBES, D. R.; BREA FRAIZ, J. A. **Desarrollo de una política de gestión de crises para desastres en el turismo**. *Tourism & Management Studies*, v. 8, n.1, p. 10-18, 2012.

UNESCO. **Coastal Management Approaches for Sea-level Related Hazards**: Case Studies and Good Practices. Intergovernmental Oceanographic Commission of UNESCO, Paris, 2012.

UNISDR. United Nations International Strategy for Disaster Reduction. **Participating Local Government**. 2017. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/home/Cities>>. Acesso em: 08/06/2019.

WTO-World Tourism Organization. **Handbook on Natural Disaster Reduction in Tourist Areas**. Madri, 1998. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284402397>>. Acesso em: 10 maio 2020.

CALGARO, Emma; LLOYD, Kate. **Sun, sea, sand and tsunami**: Examining disaster vulnerability in the tourism community of Khao Lak, Thailand. *Singapore Journal of Tropical Geography*. v. 29. N. 3, p- 288 – 306, 2008.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Assistência social 50, 59, 77, 85, 86

### C

Campo jurídico 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Ciência 30

Cruzeiro do Sul 73, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 84

### D

Derechos fundamentales 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72

Desastres naturais 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Descripción 61

### E

Educandário 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

### G

Gênero 30

Gestão de riscos 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 26, 27

### I

Imagens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12

Imaginários 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10

Integração 24, 25, 42

Intervenções em espaços públicos 42

### L

Litoral do Paraná 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

### M

Minha Casa Minha Vida 42, 43, 46, 47, 53, 60

### N

Nulidad 61, 70, 71

### P

Pandemia 1, 2, 3, 6, 8, 10, 11, 12, 35

Perspectiva feminista 30

Políticas públicas 14, 15, 16, 22, 23, 25, 26, 27, 47, 49, 53, 58, 59, 86

Pós-ocupação 42

Proceso penal 61, 64, 65, 66, 69, 72

Prueba no reglada 61, 66

## **T**

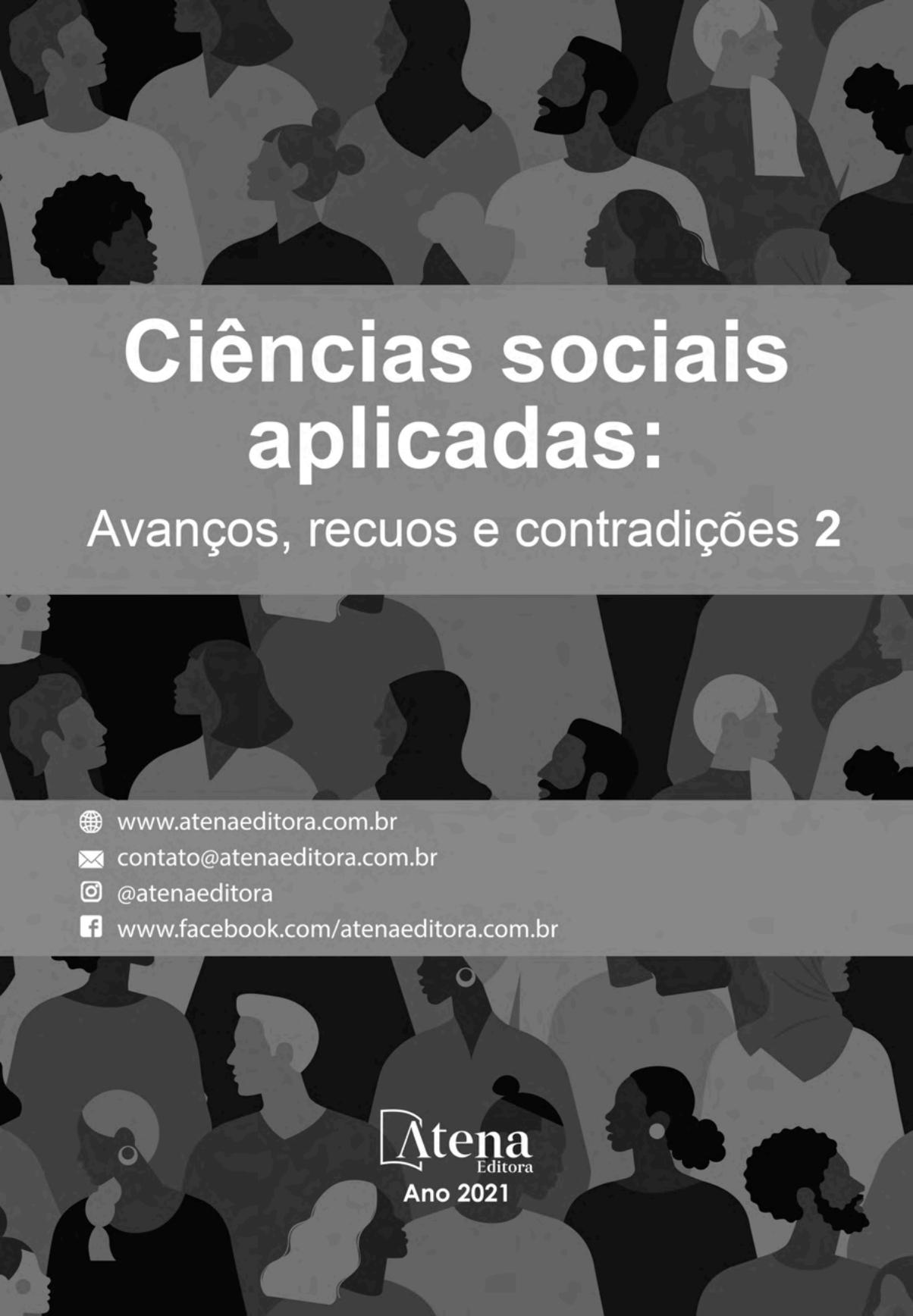
Tecnologia 30

Território 16, 17, 26, 42, 49, 53, 59, 76, 80

Turismo 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

## **V**

Valoración 61, 62



# Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

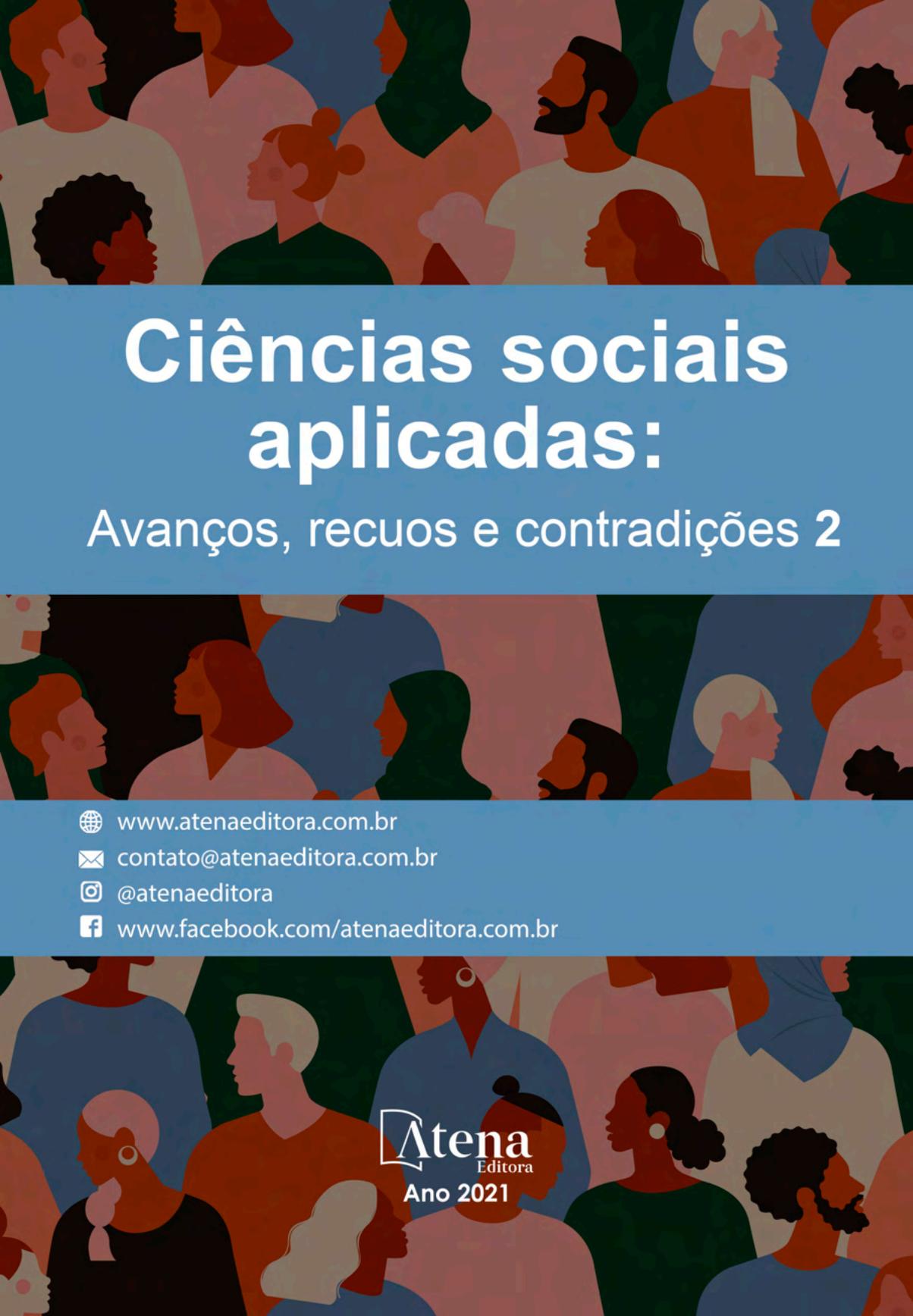
 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# Ciências sociais aplicadas:

Avanços, recuos e contradições 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021